

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.033, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021**

Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, para conceder tratamento à produção de oxigênio medicinal empregado em medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública relacionados com a covid19.

### **EMENDA Nº . DE 2021**

Suprima-se, os arts. 6º-D e 6-G, constantes do art. 2º do PLV, apresentado à Medida Provisória 1033 de 2021.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1.033/2021 dispõe sobre a permissão a elevação da oferta de oxigênio medicinal para abastecer o mercado doméstico frente ao contexto de elevação da demanda pelo referido gás decorrente do aumento dos atendimentos no sistema de saúde de pacientes acometidos pelo coronavírus (Covid-19).

O Projeto de Lei de Conversão do nobre deputado Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE/GO), altera o marco legal das ZPEs para conferir maior competitividade e atratividade ao instrumento.

Para que isso seja possível, é imprescindível que a isonomia entre as empresas localizadas dentro das Zonas e as localizadas fora, em relação à internalização do produto ali produzido, seja garantida, principalmente, pois o relatório acaba com o percentual mínimo a ser exportado.

Assim, enquanto a empresa de fora da ZPE irá contratar serviços com PIS/Cofins e CPRB compondo seus preços – e sem direto ao creditamento –, a empresa instalada em ZPE contratará serviços de empresas localizadas na própria ZPE sem que tais tributos façam parte do preço.

Logo, haverá vantagem para a empresa que opera na ZPE quando ela vender para o mercado interno.



Vale destacar, ainda, que, nesses casos, tais distorções não podem ser resolvidas por meio da adição de multa e juros para compensar o custo financeiro, uma vez que não se trata apenas de um problema de fluxo de caixa.

Dessa forma, deve-se suprimir os arts. 6º-D e 6º-G, constantes do art. 2º do PLV, renumerando-se os demais, para contribuir com o aprimoramento do futuro diploma legal resultante da tramitação da Medida Provisória nº 1.033, de 2021, no Congresso Nacional.

Sala da Comissão, em        de        de 2021.

Deputado JULIO CESAR RIBEIRO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215185700500>

